



Autoridades da Mocímboa da Praia voltam a ameaçar funcionários para regressarem à vila no dia 15 de Maio



MUNICIPIO DA VILA DE MOCIMBOA DA PRAIA
CONSELHO MUNICIPAL

GABINETE DO PRESIDENTE

Assunto: INFORMACÃO

O Conselho Municipal da vila de Mocimboa da praia, representado pelo seu Presidente **Cheia Carlos Momba**. Informa a todos funcionarios deste Instituição, que no domingo dia 15 de Maio do ano em curso, deverão se apresentarem na vila municipal de Mueda, a fim de seguir a Mocimboa da Praia. Emforma-se ainda, que a viatura estará disponível no local, para os devidos efeito.

NB: A ausência do funcionario, merecera as medidas Administrativas.
Recomenda –se a pontualidade de todos.

Cordiais saudações.

Mocimboa da Praia, 05 de Maio 2022.



- O Conselho Municipal da Mocímboa da Praia deu um prazo de 10 dias para todos os funcionários regressarem àquela vila autárquica - que foi recuperada em Agosto de 2021 depois de ter permanecido quase um ano nas mãos de extremistas violentos. Através de um comunicado emitido na última quinta-feira, 05 de Maio, o edil Cheia Carlos Momba convida todos os funcionários da autarquia para apresentarem-se, no dia 15 de Maio, na vila municipal de Mueda, onde deverão apanhar transporte para seguir até Mocímboa da Praia.



“O Conselho Municipal da vila da Mocímboa da Praia, representado pelo seu Presidente Cheia Carlos Momba, informa a todos funcionários desta instituição que no domingo, dia 15 de Maio do ano em curso, deverão se apresentar na vila municipal de Mueda a fim de seguir para Mocímboa da Praia”, lê-se no comunicado.

O documento termina com uma ameaça: “A ausência do funcionário merecerá as medidas administrativas”. A comunicação do edil Cheia Carlos Momba não diz que tipo de “medidas administrativas” serão tomadas contra os funcionários que, por alguma razão, não se apresentarem no dia 15 de Maio.

Esta não é a primeira vez que as autoridades locais dos distritos afectados pelo extremismo

violento no norte de Cabo Delgado convocam funcionários para apresentarem-se às respectivas instituições, sob pena de serem sancionados. As convocatórias de funcionários são feitas num contexto em que ainda não existem condições de segurança para o retorno das populações às vilas, postos administrativos e localidades que tinham sido ocupados pelos extremistas violentos.

Em Março último, uma brigada do Conselho de Ministros declarou que ainda não tinham sido criadas as condições para o retorno das populações deslocadas às zonas de origem¹. A Ministra do Trabalho e Segurança Social, que chefiou a brigada do Governo central que foi aos distritos afectados pelo extremismo violento para avaliar as condições para o regresso das populações,

¹ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2022/03/Governo-reconhece-falta-de-condicoes-para-o-retorno-seguro-das-familias-a-vila-da-Mocimboa-da-Praia.pdf>



Abudo Gafuro, Defensor de Direitos Humanos em Cabo Delgado



Milda Quaria, Jornalista e activista social

apontou a falta de meios de transporte e de trabalho, bem como a falta de limpeza das vilas e aldeias como outros factores que inviabilizam o retorno das famílias deslocadas.

“Ainda persistem alguns preconceitos por parte dos funcionários públicos. Entendemos que há um trauma devido ao que passaram e reconhecemos a necessidade urgente de reabilitação de infra-estruturas e alocação de meios de trabalho, especialmente meios circulantes, incluindo ambulâncias”, disse Margarida Talapa². Segundo escreveu o jornal Carta de Moçambique³, a Ministra referiu-se ainda à existência do que chamou de “falhas na consolidação de segurança nas zonas afectadas” pelo extremismo violento.

Na verdade, apesar da recuperação de vilas-sedes distritais, postos administrativos e aldeias pelas forças conjuntas de Moçambique, Ruanda e da SADC, o extremismo violento continua presente em Cabo Delgado. Por exemplo, na última sexta-feira, um grupo de mais de 10 insurgentes atacou a sede do posto administrativo de Olumbe, distrito de Palma, sem, no entanto, causar vítimas mortais⁴.

Trata-se do primeiro ataque registado no terri-

tório sob controlo das forças ruandesas desde a tomada da vila da Mocímboa da Praia e dos postos administrativos de Mbau, em Mocímboa da Praia, e de Pundanhar, no distrito de Palma.

Esta semana, o comandante provincial da PRM em Cabo Delgado, Vicente Chicote, confirmou a ocorrência de ataques dos extremistas violentos nos distritos de Macomia e Nangade. “O combate ao terrorismo continua, e nós continuamos a batalhar contra os últimos redutos do inimigo que, neste momento, localizam-se no distrito de Macomia e Nangade”⁵.

Ainda assim, as autoridades anunciaram que na semana passada mais de 1.500 pessoas retornaram às suas casas na localidade de Auasse e na vila da Mocímboa da Praia. “Queremos frisar uma coisa que tem sido dita lá fora: dizem que as autoridades estão a obrigar as pessoas a voltarem às suas zonas de origem. Não há nenhuma obrigação para o retorno das populações às suas zonas de origem, simplesmente anunciamos o estado de segurança nesses sítios e as pessoas por si acham que devem regressar”⁶.

Falando na cerimónia de lançamento do relatório anual do CDD sobre “Resolução de Conflitos em Cabo Delgado e Diálogo de Resolução em

² <https://cartamz.com/index.php/politica/item/10202-ataques-em-cabo-delgado-governo-diz-ser-cedo-ainda-para-o-regresso-da-populacao-as-suas-aldeias>

³ <https://cartamz.com/index.php/politica/item/10202-ataques-em-cabo-delgado-governo-diz-ser-cedo-ainda-para-o-regresso-da-populacao-as-suas-aldeias>

⁴ https://cartamz.com/index.php/politica/item/10592-aldeias-em-palma-voltam-a-sofrer-ataques-terroristas?fbclid=IwAR0Zotl8b2_UkTX_dlQGuCbFSXzy4P42WmTnO-V5YUloalqeOX599zb90nU

⁵ <https://www.opais.co.mz/terroristas-continuam-em-macomia-e-nangade/>

⁶ <http://zumbofm.com/index.php/noticias/item/4790-cabo-delgado-cerca-de-1500-pessoas-regressam-as-suas-zonas-de-origem-em-mocimboa-da-praia>



2022 e Anos Subsequentes”, realizada na semana passada em Maputo, Abudo Gafuro, defensor de direitos humanos em Cabo Delgado, disse as populações não estão a retornar às zonas de origem devido ao medo de violência extrema. “Quando os nossos jovens voluntários perguntam aos deslocados o que é que precisam para voltar às zonas de origem, eles respondem afirmando que não confiam nos militares das Forças Armadas de Defesa de Moçambique. Dizem que se o próprio Estado não confiou nas FADM e foi buscar os ruandeses para nos defenderem, então só podem voltar se houver garantias de que os ruandeses estarão lá para os defender”.

Abudo Gafuro explicou que, neste momento, as famílias que retornaram à vila de Palma não são aquelas que estavam em Pemba ou em Montepuez. “A população que voltou à vila de Palma é aquela que estava perto, não tinha saído para fora do distrito. Estava na ilha de Namadingo e em Quitunda. As pessoas têm medo de voltar às suas casas porque viram cenas de violência extrema, como decapitação de familiares pelos insurgentes e violação de direitos humanos por parte das Forças de Defesa e Segurança. Isso deixou muitas pessoas traumatizadas”.

Por sua vez, Milda Quaria, jornalista e activista social, falou da importância de diálogo profun-

do com as populações. “Eu sou de Cabo Delgado e sinto na pele a dor que os meus irmãos, tios e vizinhos passam desde 2017. Como cidadãos de Cabo Delgado estamos a reportar indícios de insurgência desde os anos de 2002 e 2003. Eu, em particular, comecei a reportar a partir dos anos de 2012 e 2013, mas nunca fomos levados a sério. Até aqui a intervenção militar teve bons resultados. Mas agora é importante saber qual é o passo a seguir? É importante que haja uma conversa profunda com as populações de Cabo Delgado. Cabo Delgado precisa de ser ouvida, as comunidades precisam de participar nos espaços de diálogo”.

A jornalista e activista social defendeu a necessidade de promoção de um ambiente de confiança entre o Governo, as Forças de Defesa e Segurança e as comunidades de Cabo Delgado. “As comunidades conhecem quem está nas matas, mas por falta de confiança acabam ficando no silêncio. O Governo, as Forças de Defesa e Segurança e a sociedade civil devem ter uma relação sólida com a população, devem transmitir confiança para que as pessoas possam colaborar. Tivemos várias violações de direitos humanos, por isso é importante que se faça uma reflexão sobre isso para que as comunidades saibam que há quem sente a sua dor, para que as comunidades sintam-se a vontade para exprimir a sua dor”.



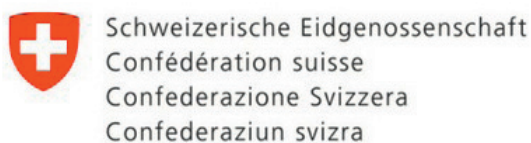
INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Coordenador do Programa: Prof. Domingos do Rosário
Coordenador-Adjunto do Programa: Américo Maluana
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beúla; Leonel Sapite (Nampula); Abdul Gafur Monteiro Tavares (Cabo Delgado); Evaristo Lucas (Niassa)
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

Parceiros:



Embaixada da Suíça em Moçambique